



## Assembleia de Freguesia de Cortegaça Concelho de Ovar

---

### Sessão ordinária de vinte e oito de setembro do ano de dois mil e vinte e três

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu pelas vinte e uma horas no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sita no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em sessão ordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a Presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Intervenção ao Público.
2. PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia):
  - 2.1. Apreciação e Votação das Atas de 26 de abril de 2023 e 27 de junho de 2023.
  - 2.2. Período de Intervenção dos Membros da Assembleia;
3. POD (Período da Ordem do Dia):
  - 3.1. Análise da atividade da Junta de Freguesia
  - 3.2. Discussão e votação da solicitação de dilatação do prazo do procedimento com carácter concorrencial do prédio inscrito na matriz predial da freguesia de Cortegaça sob o artigo nº 1930

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa - Presidente, Sílvia Oliveira - 1ª Secretária, Luís Violas – 2º Secretário, constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, António Alves de Sousa, Jorge Miguel



Silva e Cláudia Morais (pela Bancada do Partido Social Democrata), Miguel Coelho, Márcia Rola e Ana Paula Santos (pela Bancada do Partido Socialista). Estiveram também presentes todos os membros que constituem o Executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente Prata Oliveira - Presidente, Paulo Amadeu Monteiro Pinheiro- Secretário e Florbela Rodrigues- Tesoureira, ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça endereçou os habituais cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, restante executivo, aos senhores Secretários, membros da Assembleia de Freguesia e demais presentes.

Proseguiu dando nota da ausência de Américo Dias (PS), o qual foi substituído por Ana Paula Santos (PS).

Iniciou-se a ordem de trabalhos com o **Ponto Um**: Período de Intervenção ao Público;

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça começou por dar início às inscrições do público presente que pretendesse intervir na presente Assembleia, tendo-se inscrito Carolina Duarte, Ana Ferreira, Cláudia Pacheco, José Correia e Eduardo Aguiar.

Concedida a palavra a Carolina Duarte e depois de efetuados os devidos cumprimentos à mesa, iniciou dizendo que é campista do parque de Campismo de Cortegaça e que desde maio andam à deriva, não sabendo com o que contar e que agora, em onze de setembro, lhes foi comunicado, através de um edital, que o parque encerrou.

Em nome dos campistas questionou:

- qual a data prevista para a reabertura do parque?
- quais as obras de requalificação a serem feitas?
- se as obras vão começar com os moradores dentro do parque?
- o que vai acontecer aos moradores? Quando irão ter acesso às novas regras? Como vão funcionar os métodos de pagamento, as faturas emitidas? Como se vão certificar de que cada campista corresponde aos alvéolos?



Prosseguiu-se com a intervenção de Ana Ferreira que informou que o que os campistas pretendem é saber o que vai acontecer. Sabem que é a Junta de Freguesia de Cortegaça a proprietária atual do parque de campismo e que o Clube os Nortenhos não. Sabem que o clube foi indemnizado e que após receberem a indemnização nunca mais falaram com os campistas e inclusive ficaram sem luz e em consequência disso estragaram-se muitos produtos que os campistas tinham nos frigoríficos. O que os campistas pretendem saber é o que vai acontecer. Há projeto para o parque? Como vão fazer com a mudança das pessoas? Vai ser de forma drástica? O que vão fazer com os equipamentos? Os equipamentos estão a precisar de manutenção e se forem para mudar muitas roulettes já não se deslocam. As pessoas têm de ser avisadas do que é que vai acontecer. Os campistas que fazem campismo há mais de trinta anos em Cortegaça não querem ir para outra freguesia, querem continuar em Cortegaça. Sugere que alguém faça uma assembleia para explicar aos campistas o que se passa. Se a ideia é não abrir mais o parque de campismo de Cortegaça as pessoas têm de ser avisadas, porque não faz sentido estarem a pagar para garantirem a proteção do equipamento que está no campismo, para depois não abrir mais.

De seguida foi dada a palavra a Cláudia Pacheco que após ter ouvido o Sr. Presidente da CMO, Salvador Malheiro, na Assembleia Municipal ficou com algumas dúvidas, nomeadamente quando o Sr. Presidente informou que o processo Judicial do Parque de Campismo de Cortegaça está terminado e no edital da Junta de Freguesia diz que o processo terminou em janeiro. Relativamente ao corte da luz sabem que não é culpa da Junta de Freguesia e que os antigos proprietários do parque é que são os responsáveis, mas a partir do momento em que a junta de freguesia passa a ser a nova proprietária esperam que seja a mais correta de todas. Uma outra frase proferida pela Sr. Salvador Malheiro deixou a campista intrigada, passando a citar “se estiver na equação a abertura do parque”... Os campistas querem uma resposta concreta sobre o futuro do parque. Se o parque abrir, a junta tem de impor regras, tem de haver um regulamento com direitos e deveres dos campistas. Pretendem uma resposta assertiva por parte da Junta de freguesia.

Prosseguiu a assembleia com a intervenção do público na palavra do Sr. José Correia que questiona se a JFC tem conhecimento do prospeto que anda a circular sobre uma concentração prevista para o dia 30 de setembro, às onze horas, na estação de Ovar, com o propósito das pessoas se manifestarem contra a integração da população do concelho de Ovar no Hospital de Aveiro. O que vai ser das pessoas que não têm transporte para irem para Aveiro? O Sr. José lamenta que os idosos



não tenham sido informados da manifestação e apelou a todos os presentes na assembleia a participarem na manifestação.

Por último, interveio o Sr. Eduardo Aguiar que inicialmente agradeceu as palavras do Sr. José e reforçou a necessidade da população se manifestar. Continuou a sua intervenção como campista e questionou, tal como as outras intervenientes, sobre o tema do parque de campismo. O que é que a Junta de Freguesia vai fazer e resolver uma vez que continuam a estar pessoas dentro do parque. A presença de água choca também está por resolver. Há pessoas que estão sem pagar ao parque há cerca de nove anos e querem saber o que a JFC vai fazer com estas pessoas.

Finda a intervenção, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da JFC, que apresentou os habituais cumprimentos.

O Sr. Presidente da JFC, Sérgio Vicente, começou por dizer que a Assembleia de Freguesia é o espaço apropriado para as questões que foram colocadas, e não nas redes sociais ou email's. Congratulou os intervenientes pelas suas questões e informou que ainda há muitos assuntos em averiguação, mas que, de forma sucinta, e no sentido de descansar os campistas quanto ao futuro, irá responder às perguntas.

Reconhece que o Parque de Campismo constitui uma mais-valia, enquanto equipamento que fomenta o turismo e que ajuda a economia local.

Desde dois mil e treze, data em que se iniciou o processo com a anterior direção do parque de campismo, sempre a JFC teve consciência das mais valias do parque.

O Sr. Presidente da JFC esclarece os campistas que quando dizem que os associados não têm culpa, o Sr. Presidente discorda, pois foram eles que elegeram a anterior direção e dessa forma elegeram alguém que não agiu de forma correta dando origem a tudo o processo que se passou. O processo na verdade começou no ano de dois mil e oito quando a direção do parque deixou de pagar as rendas e de cumprir as suas obrigações com a Junta de Freguesia. Quando se deu a renovação da Direção do parque no ano de dois mil e treze, a Junta de Freguesia face às rendas de cinco anos em atraso, não renovou o contrato e é a partir daqui que se dá início a todo o processo judicial e que demorou dez anos até à sua resolução.



Continuou afirmando que cabe ao executivo da Junta de Freguesia e à Assembleia defender os interesses de Cortegaça em primeira instância. A freguesia de Cortegaça já perdeu muito dinheiro com o processo do parque de campismo, que nem os utentes todos do parque conseguiam satisfazer aquilo que a freguesia já perdeu. A JFC recebia cerca de cinquenta mil euros de rendas por ano e que desde dois mil e oito deixou de as receber, dando um valor de prejuízo na ordem dos setecentos e cinquenta mil euros. A JFC gastou mais de cento e cinquenta mil euros com o processo judicial, compensaram o Clube dos Nortenhos pelas bem-feitorias que realizaram no valor de setenta mil euros. Associado a isto, o tribunal decidiu retirar a JFC enquanto fiel depositária e colocar um administrador judicial que no final apresentou um prejuízo de cem mil euros.

Por isto tudo já se entende os prejuízos que este processo tem dado à freguesia, no entanto o executivo da junta reconhece o interesse do equipamento e das pessoas que usufruem dele.

O que a JFC tem defendido desde dois mil e treze é a deslocalização do parque de campismo, primeiro porque o parque foi abandonado pela direção anterior e com o processo judicial contabilizam-se mais de dez anos de abandono, segundo porque o parque não dignifica nem os utentes nem a freguesia. Já é conhecido que a JFC está a desenvolver um projeto para renaturalização de toda a área com a deslocalização do parque. Este é todo o panorama que se viveu até ao dia trinta e um de agosto.

Efetivamente, o processo, entretanto, terminou em janeiro com o pagamento da compensação das bem feitorias ao representante do CC dos Nortenhos, porque as contas do clube estavam penhoradas. O representante solicitou ao tribunal esse pagamento na sua própria conta para ele poder cumprir com as suas obrigações e foi-lhe concedido. Esta situação nada diz respeito à Junta de Freguesia, mas sim aos associados do clube que, se se sentirem lesados terão se agir em conformidade.

Proseguiu dizendo que Sr. Administrador Judicial solicitou trinta dias para entregar o campismo à JFC para cumprirem questões fiscais e legais e também para garantir a proteção aos trabalhadores, situação com que a Junta se preocupou sempre. Arrastou-se mais o processo para que os trabalhadores vissem os seus direitos e compensações pagos. Foram então pagos com os recebimentos do mês de agosto dos associados, em setembro. Só após esta diligência é que a Junta de Freguesia tomou posse do parque de campismo.



A Junta de Freguesia enquanto entidade pública está sujeita a muitas regras e o que acontece é que o Parque de campismo não tem licenciamento desde dois mil e nove e daí, sem licença, não pode funcionar, pois caso aconteça algum acidente, o responsável é o proprietário. Para possuir a licença o parque necessita de obras, porque de momento não reúne as condições mínimas necessárias para obter a licença de funcionamento. Não cumpre as condições de segurança e de salubridade. Daqui haverá muitas situações a decidir que não serão alvo de decisão pelo Executivo da Junta ou pelo Presidente da Junta, mas sim pela Assembleia de Freguesia. Depois de se fazer um levantamento das pessoas que se foram embora ou que vão embora, das que pagam, das que não pagam, e se se verificar se é rentável ou não rentável, será a Assembleia a decidir o que se vai fazer ao parque de campismo, ainda que, afirma que é intenção do Executivo da Junta que se reabra o parque no verão de 2024, eventualmente em maio ou junho, mas para isso é preciso ter a licença e para a obter é preciso fazer-se obras.

Ora, pagar dívidas e fazerem-se obras é muito difícil tendo em conta aquilo que é a rentabilidade do parque de campismo neste momento e por isso ter-se optado pelo encerramento. Naturalmente todos os campistas têm o direito de levantar os seus pertences desde que não tenham dívida. A JFC tem consciência que alguns pertences estão obsoletos, mas mesmo assim têm que ser retirados, para que se consiga a licença. Nunca foi intenção da JFC fechar o parque de campismo de vez e continua a não ser. O objetivo da JFC é que o parque possa funcionar porque vai fomentar o turismo e economia e também como receita própria para a Junta de Freguesia, mas isto são questões que ainda estão a ser avaliadas.

Esclareceu que a questão dos trabalhadores ficou resolvida e agora a Junta está a identificar todos os residentes do parque, se são mesmo residentes, se têm ou não para onde ir. Com o apoio do departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Ovar será avaliada cada questão em particular.

O restaurante e o supermercado são outros assuntos a resolver a seu tempo. Esses espaços são também propriedade da JFC, independentemente, de quem os está a explorar.

O futuro será em primeiro lugar dotar o parque de campismo de licença de funcionamento sabendo, porém que não será um futuro breve. Será avaliado o investimento que será necessário

Posteriormente haverá um regulamento igual para todos, assim como tabelas de pagamento.



Adiantou que a JFC, dentro da próxima semana fará uma informação relativamente aos pagamentos. Tentarão contactar individualmente cada proprietário de cada alvéolo ou informar dos valores a pagar. As pessoas têm de saber que têm que pagar não só a utilização, mas também o espaço que ocupam.

O Sr. Presidente da Junta termina esta intervenção e esclarecimento dando nota final de dois pontos cruciais. Primeiro, não é intenção da Junta de Freguesia encerrar o Parque de Campismo e em segundo lugar, o funcionamento será igual para todos.

Referiu ainda que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, a própria Agência Portuguesa do Ambiente e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) tem um projeto de renaturalização de todo a área do parque de campismo, estando o mesmo aprovado por todas a entidades envolvidas.

Está a ser feita uma candidatura ao PRR de dois milhões e cem mil euros para a renaturalização. É preciso para isso levantar todos os equipamentos que lá estão e colocar areia. De momento, o que a JFC está a fazer é deslocar todas os utentes para outros parques de campismo.

Enquanto se aguarda pela decisão de financiamento será feita uma requalificação para um novo parque ou nova modalidade de parque (decisão feita previamente em Assembleia), dentro de um investimento com valores viáveis.

Prosseguiu-se a Assembleia com a intervenção, para retirar dúvidas, de elementos do público com a devida autorização prévia da Sr.ª. Presidente da Assembleia.

A primeira dúvida exposta pela Sr.ª Lurdes Rocha, prendeu-se com a forma de como iriam ser contactados os utentes, em que o Sr. Presidente informou que acontecerá de forma individual, através dos contactos que lhes foram entregues.

A segunda dúvida colocada pela Sr.ª Conceição Azevedo, prende-se em concreto com o alvéolo cento e vinte e quatro, uma vez que o mesmo se encontra perto do mar, se vão recuar. E a terceira, se o valor que irão pagar nos próximos meses será o mesmo ou superior.

O Sr. Presidente da JFC responde à Sr.ª Conceição dizendo que o seu alvéolo terá que ser deslocalizado. No projeto que a JFC tem com a Agência Portuguesa do Ambiente sobre a requalificação, renaturalização e deslocalização do parque de campismo a JFC negociou e



comprometeu-se a devolver àquela agência aquilo que é do domínio publico marítimo. É aquilo que está explanado na lei e daí que alguns alvéolos terão de ser deslocalizados que é o caso do da Sr.ª Conceição. Acrescentou que no ano de dois mil e quatorze já foram movidos cerca de trinta e quatro alvéolos sem problemas.

Relativamente ao valor a cobrar, o Sr. Presidente informou que será o mesmo participado até à data.

O Sr. Presidente prossegue a sua intervenção reforçando que a intervenção do Sr. José Correia é importante e atual. Aquilo que informou é que a Administração Central nestes domínios é muitas vezes cega. Compara esta situação da saúde com a reforma administrativa levada a cabo pelo PSD na pessoa do Sr. Relvas em que a junção das freguesias foi feita de forma aleatória e sem grandes critérios. O mesmo se passou com a saúde. Interessa que os cinquenta mil utentes de Ovar vão para Aveiro para financiar o Hospital Central de Aveiro e foi desta forma feita a escolha. Infelizmente, pouco resta ao Município e à Câmara Municipal e muito menos à Junta de Freguesia fazer.

A única maneira é reivindicar e para isso é preciso o apoio da população, daí que o Sr. Presidente dá os parabéns ao Sr. José pelo apelo que fez a todos para estarem presentes na manifestação. Diz o Sr. Presidente que esta referenciação para Aveiro é contranatura, porque estamos a trocar uma distância de um hospital próximo por um muito mais longe. O grande problema prende-se menos com as urgências, pois qualquer pessoa pode se dirigir a qualquer hospital para este serviço, mas no caso de pessoas que precisam de cuidados contínuos devido a doenças crónicas, têm de se deslocar a consultas, e exames ou tratamentos para um hospital muito mais longe.

Na Assembleia Municipal, no passado dia vinte, foi aprovada uma moção em conjunto, por unanimidade contra a referenciação a Aveiro, mas quem decide nem são os utentes nem os autarcas locais.

Devemos continuar a luta, porque Ovar enquanto município tem perdido valências na área da saúde nomeadamente unidades de saúde locais. O Sr. Presidente informa que o processo ainda não está concluído, mas prevê-se que será esse o desfecho final.

No que concerne à divulgação da manifestação, o Sr. Presidente discorda com a opinião do Sr. José quando diz que os idosos não tiveram conhecimento, pois atualmente não faltam meios de





comunicação e informação. Não compete à junta de Freguesia a informação desta iniciativa, porta à porta.

Prosseguiram-se os trabalhos desta Assembleia de Freguesia com o **Ponto dois: Período da Antes da Ordem do Dia:**

Iniciado este ponto, o primeiro assunto em tratamento foi a aprovação das Atas de 26 de abril de 2023 e 27 de junho de 2023.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, uma vez que as referidas atas haviam sido remetidas, previamente, por correio eletrónico a todos os membros da Assembleia de Freguesia, dispensou a leitura da mesma, passando-se, de imediato à votação das sobreditas.

Foi informado que, referente à Ata de 26 de abril de 2023, Ana Paula Santos não poderá votar.

Colocada à votação a ata da sessão ordinária da assembleia de freguesia de 26 de abril de 2023, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Relativamente à ata de 27 de junho de 2023 não puderam votar Ana Paula Santos, Sílvia Oliveira, Jorge Miguel Silva e Márcia Rola.

Colocada à votação a ata da sessão ordinária da assembleia de freguesia de 27 de junho de 2023, a mesma foi aprovada por unanimidade.

De seguida foram abertas as inscrições para os membros da assembleia de freguesia que pretendessem intervir.

Inscreveram-se: Miguel Coelho, Jorge Miguel Silva e Márcia Rola.

Miguel Coelho que, após lhe ser concedida a palavra, apresentou os habituais cumprimentos.

Começou por Subscrever as palavras do Sr. José Correia e reforçar que o assunto foi discutido em assembleia municipal e que todos estiveram em consonância. O PS Ovar pediu a demissão do



Ministro da Saúde por não concordarem com a retirada de Ovar do Hospital da Feira. Refere ainda que a população deve manifestar-se.

Prossigui a sua intervenção informando que a bancada do PS votou favoravelmente a ata da assembleia de freguesia de 26/04/2023 mesmo esta não referindo as contas discriminadas que solicitamos aquando da discussão e apreciação da prestação de contas do ano económico de 2022 e que o executivo ficou de enviar.

Entretanto ainda não nos foram enviados os dados solicitados, pelo que, vimos reafirmar esse pedido e que nos sejam enviados os valores discriminados referentes às transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos, como associações e coletividades, entre outras, referentes ao ano de 2022 e se possível do ano de 2023.

Também pedimos que nos enviem os valores discriminados das rendas por edifícios assim como os contratos de arrendamento celebrados.

O PS Cortegaça, tendo tomado conhecimento da intenção de encerramento do posto dos CTT, perante a possibilidade de perda de mais um serviço na nossa freguesia, solicitou ao executivo da JFC a marcação de uma reunião urgente para discussão deste assunto.

No seguimento deste pedido reunimos, no passado de 31 de agosto, com o Presidente da Junta Sérgio Vicente, e com o Gestor de Zona dos CTT José Carvalho.

Nesta reunião tivemos oportunidade de demonstrar a nossa grande preocupação com este eventual encerramento, bem como a nossa posição quanto à manutenção deste serviço de proximidade na freguesia. Ficou ainda clara a total abertura e interesse dos CTT em manter este serviço em Cortegaça, nomeadamente nas instalações da Junta de Freguesia como, aliás, é pratica corrente em cerca de 1200 postos de trabalho espalhados um pouco por todo o país.

Neste sentido ficou acordado que se daria primeiro oportunidade aos privados, no entanto, caso tal não seja possível, o Presidente da Junta assumiu o compromisso de o garantir nas instalações da Junta onde já identificamos um local apropriado para o efeito.

De nossa parte continuaremos a acompanhar de forma muito próxima este processo, diligenciando para que a população de Cortegaça continue a ter este serviço à sua disposição, como é seu elementar direito.

Neste sentido questionamos o executivo sobre qual é o ponto da situação, se algum privado mostrou interesse e se há alguma previsão para a reabertura deste serviço na nossa freguesia? (Tendo em consideração que a intenção é que tal acontecesse em outubro).

Como estamos em setembro e na altura dos diversos partidos enviarem as suas sugestões de obras, a serem incluídas no orçamento camarário de 2024 e dos próprios executivos das Juntas de Freguesia negociarem com a Câmara a inclusão, no referido orçamento, de investimentos estruturantes nas suas freguesias, o PS Cortegaça não deixará de dar o seu contributo.



Se por um lado enviaremos, através do Partido Socialista de Ovar, uma lista alargada de obras que consideramos importantes para a nossa freguesia, muitas das quais, aliás, já faziam parte do nosso programa eleitoral, também queremos aqui deixar o nosso contributo, sugerindo 2 ou 3 obras que selecionamos como fundamentais e que consideramos ser especialmente relevante que o executivo da JFC exija e negocie com a Câmara a sua inclusão já neste próximo orçamento de 2024.

Tendo em consideração o recente discurso do Sr. presidente da Junta de Cortegaça, Sérgio Vicente e promessas já antigas, estamos em crer que nos acompanhará nestas reivindicações e por isso mesmo lhe exigimos que consiga, junto da Câmara, que as promessas passem a ser uma realidade e que as seguintes obras sejam contempladas no próximo orçamento de 2024.

Como tal, selecionamos:

- Requalificação da Av. Senhora da Nazaré e da zona envolvente, assim como, a frente mar Cortegaça/Esmoriz.
- Requalificação do Parque Merendeiro do Buçaquinho.

Embora a nossa lista seja longa, destacamos ainda a necessidade de requalificação do centro de Cortegaça, nomeadamente na zona da Praça Álvaro Rola e da requalificação daquela que consideramos uma das zonas mais bonitas de Cortegaça, que está muito mal aproveitada e que, há vários anos, nós chamamos a “Rota dos Moinhos” na zona da Ribeira de Cortegaça ou, como é mais conhecido por aqui, rio do Açude e que na verdade faria sentido no seguimento das recentes intervenções de requalificação da Câmara em Maceda e Arada nomeadamente na Fonte do Estanislau e daquilo que agora em Maceda chamam, o “Trilho dos Moinhos”.

Para finalizar, uma última sugestão. Se bem me lembro no salão do antigo edifício da Junta costumavam estar expostos os retratos dos antigos Presidentes de Junta e de Assembleia, mas atualmente tal não se verifica, pelo que, deixo aqui essa sugestão, que se recuperem esses retratos e que os mesmos sejam expostos num local apropriado deste edifício como uma merecida homenagem aos antigos presidentes.

Jorge Miguel na sua intervenção começou por enaltecer a simbiose entre os membros do PS e os membros do PSD, pois as ideias das obras que o membro Miguel Coelho elencou são necessárias para a freguesia se bem que algumas deles dependem de entidades que não a Junta nem a Câmara, como por exemplo as obras da Estrada Nacional 109. Também há simbiose dos partidos relativamente aos assuntos expostos no que concerne à saúde e ao avanço do mar.

Relativamente aos assuntos referidos sobre o parque de campismo, Jorge Miguel Silva reforça que é também uma preocupação da bancada do PSD que a situação seja resolvida com maior



brevidade possível para que os campistas tenham um futuro digno, e que o projeto que existe para a requalificação seja levado a cabo, sem nunca esquecer os campistas.

No respeitante às obras mais recentes que foram anunciadas, gostaríamos de congratular pelos arruamentos que foram concretizados pela Câmara Municipal, nomeadamente na Rua dos Tojais, na Rua Manel Violas, na Zona da Zéfinha e na Rua do Mourão. Estas melhorias foram sempre defendidas principalmente quando se trata da melhoria da qualidade de vida da população de Cortegaça. Acima de tudo dotar a freguesia de estruturas, arruamentos e vias para que o dia-a-dia da população da freguesia seja cada vez melhor.

A segunda fase da obra do Bairro do SAAL que está a ser concretizada e aproveitamos para questionar o Sr. Presidente da Junta se já há data de conclusão da obra. Também gostaríamos de saber para quando se prevê a Inauguração do Scout Camp e da Casa Mortuária.

Gostaríamos de debater também um assunto de grande importância que já foi exposto na Assembleia de Freguesia de 26 de abril de 2023 e que passamos a ler. A junta de freguesia esteve presente numa reunião com o Dr. Oliveira Dias com vista à defesa da freguesia de Cortegaça que foi alvo de uma ação popular intentada contra a Junta de Freguesia pelos cidadãos Orlando Alves Sá, António Sá Oliveira e Américo Dias que visa a anulação de uma escritura de justificação realizada no ano de dois mil e onze pelo Presidente Sérgio Morais onde se procede ao registo em nome e favor da Junta de Freguesia de Cortegaça, de vinte e dois prédios rústicos. Prédios esses, que como é do conhecimento geral e dos próprios, pertencem e sempre pertenceram ao património da Junta de freguesia, ainda que os mesmos aleguem que são propriedade do Estado e a sua reversão para a posse do Estado e não da freguesia de Cortegaça. À data da Assembleia de 26 de abril de 2023, a bancada do PSD não concordou com esta ação popular, considerando que era uma tentativa de prejudicar a própria freguesia com a perda de património. Também naquela Assembleia de Freguesia fizeram-se diretamente aos membros do PS, mais concretamente ao cabeça de lista Miguel Coelho, três perguntas. A primeira pergunta era se sabia que um membro da sua lista integrou a ação descrita. A resposta foi que não. A segunda pergunta foi se se revia neste tipo de atitude que claramente prejudica a freguesia e a terceira foi se iria exigir a demissão desse elemento da sua lista.

A segunda e terceiras perguntas naquela assembleia não foram respondidas, mas tendo em conta que se trata de uma clara tentativa de prejudicar a freguesia quanto ao património, tendo em conta que o processo já foi arquivado duas vezes pelas autoridades competentes, tendo em conta



que o dinheiro da venda dos terrenos pode ser aplicado em benefício da freguesia e tendo em conta que o membro do PS já teve tempo para analisar todo o processo em questão, pergunta Jorge Miguel Silva, claramente, se o cabeça de lista do PS se revê nesta postura e sendo coerente com a postura que tem tido nos últimos meses, se vai exigir a sua demissão e consequente renúncia de mandato.

Após a intervenção de Jorge Miguel Silva, a Presidente da Assembleia prosseguiu dando palavra a Márcia Rola.

Após os devidos cumprimentos a todos os membros, Márcia Rola deu início à sua intervenção com o assunto caixa MB que se encontra nas instalações do parque de campismo, e que, neste momento, está fora de serviço. As questões foram as seguintes:

Qual o motivo pelo qual a caixa não está a funcionar? O que está a ser feito para resolver a situação? Quando se prevê que volte a funcionar?

Preocupa-nos esta situação porque é um recurso que faz falta não apenas aos habitantes de Cortegaça, mas também àqueles que nos visitam, e cujo funcionamento deverá ser repostado o quanto antes, sob pena da situação se arrastar por tempo indefinido, e ficarmos privados de mais um serviço.

A segunda situação que abordou na sua intervenção, teve a ver com a falta de resposta com que frequentemente nos deparamos quando chegamos à Praia de Cortegaça, sobretudo à noite, e queremos beber ou comer alguma coisa e os estabelecimentos estão encerrados. Neste momento, um dos estabelecimentos que esteve temporariamente encerrado, reabriu, minimizando o problema. De qualquer forma, a situação persiste e não nos podemos esquecer que há contratos de concessão entre a junta e os estabelecimentos e estas situações devem ser tidas em conta na elaboração destes contratos e na verificação do seu cumprimento. A este propósito, gostaríamos de solicitar o envio dos contratos de concessão que a Junta de Freguesia tem com as diversas entidades neste âmbito.

Mais uma vez, é algo que poderá fazer a diferença para aqueles que nos procuram em passeio ou para passar as suas férias. Se encontram uma boa resposta ao nível do comércio e dos serviços, voltam. Caso contrário, não o farão.

Por último, questionou de que forma o executivo tem vindo a gerir a questão da comunicação.



Em primeiro lugar, salientar que o site da freguesia tem vindo a sofrer alterações no sentido de incluir mais conteúdos, mais informações, e isso é de louvar. Mas é preciso continuar o trabalho, porque ainda há muito a melhorar. A não utilização das redes sociais numa época em que a maioria das pessoas, quando pretende conhecer a atividade de uma entidade/instituição, recorre em primeira mão ao Facebook ou Instagram. Nos tempos em que vivemos, é fundamental para uma instituição que queira dar a conhecer a sua atividade, ter uma página no Facebook ou uma conta no Instagram. Veja-se o caso da freguesia de Esmoriz, com a página Cidade de Esmoriz, no Facebook, já fez dez publicações este mês.

Em relação à comunicação nos espaços exteriores, tem reparado que a publicitação de alguns eventos tem sido feita com uns placards que são sustentados por umas pedras. Parece-me um recurso que revela falta de cuidado e algum amadorismo na forma como as coisas são preparadas.

Mais uma vez, chama a atenção para o exemplo de Esmoriz e duas soluções que lá existem e que parecem as mais adequadas para estas situações (paragem de autocarro, suporte fixo na praia de Esmoriz).

Ainda no tema da comunicação, pergunta porque não se publicitam os eventos e outros assuntos de interesse na imprensa escrita de Cortegaça, ou seja, no jornal “O Povo de Cortegaça”?

Finalmente, e não menos importante, quis relembrar a necessidade da criação do grupo de trabalho para rever o regimento, nomeadamente no que diz respeito à gravação e transmissão em direto das assembleias, pois ainda esta semana foram abordados por um elemento de um órgão de comunicação social a questionar se já existe a possibilidade de acompanhar a assembleia em direto no Facebook, pergunta à qual tivemos de responder negativamente, perdendo-se a oportunidade de dar cobertura à assembleia nos meios de comunicação social, situação que é cada vez mais rara porque a maior parte das assembleias municipais e de freguesia já são transmitidas em direto.

Prossegue-se a Assembleia com nova intervenção de Miguel Coelho, para resposta às questões colocadas por Jorge Miguel Silva, sendo que nada mais acrescentou, reforçando que mantinha as mesmas respostas dadas na Assembleia de 26 de abril de 2023.

Findas as intervenções dos membros da assembleia, a Presidente Luciana de Sousa passa a palavra ao Sr. Presidente da Junta de freguesia.



O Sr. Presidente começa a intervenção respondendo a Miguel Coelho, informando que as contas estão na junta de freguesia desde julho e que ele é que não as solicitou na última assembleia. O Sr. Presidente informou que no final da assembleia poderão levar cópia das contas e verificar que tudo é feito de forma legal.

Quanto à questão levantada sobre os CTT, a junta de freguesia esteve reunida com o representante dos mesmos que antes de reunir com a Junta auscultou o mercado privado, mas sem sucesso.

A JFC nessa reunião assumiu implementar os CTT na sede da junta e que numa primeira fase será assegurado pelos recursos humanos que a Junta tem para se averiguar se no futuro será necessário ter outros recursos humanos. Na reunião o Sr. Presidente assumiu a importância que ainda tem os CTT para as empresas e para alguns séniores que levantam as suas reformas. A função da Junta de Freguesia é de servir e por isso o executivo assumiu esta atividade, mesmo sabendo que trará algumas despesas. O prazo para a abertura depende da troca de documentação e da assinatura do contrato, terá de se perceber se a aprovação da assinatura do contrato terá que ser feita em assembleia de freguesia extraordinária e ainda é necessária a formação aos recursos humanos. Contudo tentarão abrir no início de novembro.

Quanto às obras municipais o Sr. Presidente informa que fica muito satisfeito que o próprio PS de reveja naquilo que são as diretrizes, vontades e programa eleitoral do PSD. Programa este já vindo de outros mandatos. Toda a gente é conhecedora da requalificação urbana da freguesia de Cortegaça com várias intervenções já concretizadas e onde se destacam duas marcas já elencadas na sessão solene do aniversário da Vila de Cortegaça. Mais obras estão programadas para concretizar, sendo uma delas a Avenida Nossa Senhora de Nazaré, a frente mar foi um projeto desenvolvido entre a Junta de Freguesia de Cortegaça e a Junta de Freguesia de Esmoriz, ainda na Presidência do Sr. António Bebiano, e que já se reflete na nova Praça da Barrinha, que vai desde o Barramar's até ao campismo de Cortegaça. O projeto do parque de campismo também está pronto e aprovado. Falta o financiamento da obra. O Buçaquinho merendeiro é, desde que o executivo tomou posse, um objetivo, começaram por requalificar toda a zona lúdica, e já está definido em projeto, prevendo-se iniciar no próximo ano.

A questão da nacional 109 é algo que esteve afeto a uma negociação entre o IP e as Câmaras Municipais, mas já há um princípio de acordo e de entendimento, e o que está previsto é uma



rotunda no cruzamento da SICOR, uma rotunda na Propal e apesar da Câmara de Ovar pretender também uma rotunda no centro de Cortegaça, não foi aceite pela Junta, pois pretende requalificar o centro como uma grande praça, juntando tudo aquilo que tem sido a requalificação urbana da freguesia desde o Largo do Campo até à Igreja. O que se pretende é fazer uma intervenção da Estrada Nacional 109 desde a Junta de freguesia até ao Edifício King, com a criação de passeios e uma grande praça na Praça Comendador Álvaro Rola, ou seja, requalificar todo este espaço como sendo o centro da Freguesia.

O dinheiro que o IP dá não chega para toda a requalificação, nem chega para todas as rotundas do município.

Já existe todo um trabalho de estudo prévio feito pela Junta de Freguesia de Cortegaça, que mesmo não conseguindo concretizar toda a obra neste atual mandato, deixa para o futuro executivo da junta o trabalho prévio já feito.

Relativamente à intervenção de Miguel Coelho, aprez-lhe dizer que em primeiro lugar a informação financeira da junta de freguesia não é objeto de debate, diz a lei que só tem que se dar conhecimento, o objeto de debate é a prestação de contas.

O Sr. Presidente aproveita para informar o Miguel Coelho que a atual junta nunca fez promessas, mas sim assumiu compromissos que até hoje tem cumprido todos. Só existem dois compromissos assumidos com a população que ainda não estão cumpridos, a ponte Romana e a Rua do Rodelo, mas estão a ser preparadas essas intervenções. A junta assumiu o compromisso de lutar pela freguesia e é notório na última década a quantidade de obras que foram executadas.

Relativamente ao processo dos terrenos, o Sr. Presidente Sérgio Vicente também é da opinião que falta alguma coragem política, porque os três elementos que estão na frente do processo pertencem ao PS. Um deles foi candidato adversário do atual Presidente da Junta no seu primeiro mandato, o outro elemento foi adversário no segundo mandato e o terceiro foi apoiante do PS nas últimas eleições. O que o Sr. Presidente pretendia era que o PS se desmarcasse dessa atitude ignóbil desses senhores. O PS deveria assumir na Assembleia que não se reveem nesse processo e que não concordam com ele. O Executivo da Junta continuará sempre a lutar pelos interesses da freguesia, seja contra quem for.

No que concerne à intervenção de Márcia Rola, o Sr. Presidente Sérgio com o devido respeito





refere que muito do conteúdo da intervenção são meras opiniões. A Junta de freguesia tem os seus meios próprios e legais de comunicação e não é por falta de informação que os acontecimentos não têm sido conhecidos pela população. Não se pode comparar uma vila por uma cidade, que tem um orçamento muito superior e muito mais recursos humanos que uma vila.

Quanto aos cafés, estão a ser revistos os contratos. A caixa de multibanco, como depende da energia não pode estar a funcionar face ao facto de o parque de campismo estar encerrado. É uma situação que está a ser analisada para se ultrapassar.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, a Sr. Presidente da Assembleia continua os trabalhos passando para o ponto três.

- **Ponto 3 - POD (Período da Ordem do Dia):**

- 3.1. Atividades da Junta de Freguesia**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, após convite da Senhora Presidente da Assembleia para apresentar este ponto da Ordem de Trabalhos, destacou a ginástica para séniores que teve muita adesão. Salientou, também, as atividades de Verão, “Animar as Praias”, a Festa das Coletividades, este ano durante dois fins-de-semana trazendo mais animação à freguesia, o Cortegaça em Festa- Vila do Surf e o apoio à Festa de Nossa Senhora de Nazaré, e o momento alto da Festa de Santa Marinha com o concerto da Banda da Banda Filarmónica de Ovar e da artista Ovarense Fabiana.

O acompanhamento das obras da casa mortuária e do processo do parque de campismo, também têm sido atividades bem demarcadas da junta.

O 38º aniversário da elevação de Cortegaça a Vila também merece destaque, pois decorreu com muita dignidade como a própria freguesia merece.

Explanadas as atividades de maior destaque pelo Sr. Presidente da Junta, continuaram-se os trabalhos com a inscrição dos membros da assembleia para se pronunciarem sobre este ponto.

Inscreveram-se para intervir Miguel Coelho e Jorge Miguel Silva.

De imediato, Miguel Coelho usou da palavra.

Aproveitamos já esta oportunidade de intervenção para deixar uma palavra de parabenização



a Cortegaça e a todos os Cortegacenses, assim como a todos os que escolheram a nossa freguesia para viverem, pelo 38º Aniversário de Elevação de Cortegaça a Vila e pela bonita cerimónia realizada para comemorar esse dia, tão importante para a nossa freguesia.

Também queremos deixar aqui uma palavra de reconhecimento e elogio à comissão de festas 2023 pela organização da Festa em Honra da Nossa Senhora da Nazaré, também conhecida por Festa do Mar de Cortegaça, tendo todos os elementos da comissão e participantes contribuído com o seu esforço e dedicação para a realização desta antiga tradição Cortegacense e pela belíssima procissão que a caracteriza. A todos o nosso sincero agradecimento.

E claro, não poderíamos deixar de mencionar as Associações e Coletividades de Cortegaça que participaram na Festa das Coletividades demonstrando mais uma vez o seu empenho e dedicação à nossa terra. A todos um bem-haja.

Usou, de seguida, da palavra Jorge Miguel Silva que pretendeu destacar as atividades decorridas nos meses de Verão, principalmente a Festa de Santa Marinha realizada na Alameda Padre Manuel Dias da Silva, pela sua originalidade e inovação.

A festa das coletividades que se realizou pela primeira vez, durante dois fins-de-semana. Aproveitou para parabenizar todas as coletividades e Cortegacenses que estiveram presentes na festa. Estas iniciativas contribuem para a economia da freguesia, para os alojamentos locais, comércio e serviços.

Relativamente à prestação de contas enaltecer a transparência e o cumprimento dos compromissos assumidos pela JFC à população. A liquidez atual da Junta de Freguesia foi muito favorável no processo do Parque de Campismo, caso contrário teria sido muito complicado resolver. Aquilo que afirmamos é que o dinheiro tem de ser utilizado em prol da freguesia e isso tem sido o apanágio da Junta de Freguesia.

Sem mais intervenções da Assembleia a Presidente Luciana de Sousa passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que subscreveu os votos de parabéns de Miguel Coelho à Comissão de Festa em Honra de Nossa Senhora de Nazaré e informou que foram o primeiro executivo que apoiou monetariamente uma comissão de festas, percebendo a dificuldade que existe hoje para angariar receita para esse fim e para se ter uma festa com a dignidade que a festa do mar tem tido.

No respeitante à intervenção de Jorge Miguel Silva, o Sr. Presidente reforça aquilo que já tem



vindo a dizer noutras assembleias, que a intenção do executivo da junta é não deixar dívidas. O que o executivo procura é solucionar as carências da freguesia e as necessidades da população.

Relativamente às atividades da Junta está previsto, no projeto da Avenida Nossa Senhora de Nazaré, um bar que funcionará o ano inteiro, que posteriormente se verá como será feito o concurso. Também no projeto de requalificação e de deslocalização do parque de campismo, está previsto, com a alteração do plano de ordenamento da orla costeira, a construção de cinco apoios de praia, um completo e quatro simples. Situação que ainda está em negociação com a Agência Portuguesa do Ambiente, porque tem de ser alterado o plano de ordenamento da orla costeira. Futuramente, nos concursos pretende-se que os concessionários tenham alguma responsabilidade social no sentido de se manterem abertos até mais tarde.

Por fim, informa o Sr. Presidente Sérgio Vicente, que uma das obras pelas quais estão a lutar para se concretizar, diz respeito ao encontro mundial de escuteiros em 2025, e que o scout camp está de momento, em revisão de projeto. Cortegaça terá muito a ganhar com esta construção, com a Junta regional do Porto e com o movimento mundial que trará muitos escuteiros à freguesia de Cortegaça e ao município.

Prosseguiram-se os trabalhos desta Assembleia de Freguesia com o último ponto da ordem de trabalhos:

**Ponto 3.2. Discussão e votação da solicitação de dilatação do prazo do procedimento com carácter concorrencial do prédio inscrito na matriz predial da freguesia de Cortegaça sob o artigo nº 1930**

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta, este informou que a Assembleia é conhecedora do concurso para a aquisição daquele prédio e das condições que foram impostas à empresa que ganhou, relativas aos prazos de execução da obra e que como todos tiveram acesso ao pedido de dilatação do prazo, considera que todos compreendem os fundamentos do solicitado.

Os fundamentos foram: os efeitos da pandemia da covid 19 prolongaram-se no tempo e nas consequências muito mais que o previsto, nomeadamente com assiduidade ao local de trabalho e a rutura das cadeias logísticas. O início e prolongamento da guerra da Ucrânia vieram potenciar a escalada dos preços das matérias-primas gerando uma inflação que já não era habitual na Europa. A



escalada das taxas de juro que criaram complexidade ao financiamento do projeto. A própria realidade económica do país, da Europa e do mundo veio também obrigar a um maior cuidado, para não pôr em causa a sustentabilidade do projeto. Estes factos estão a provocar atrasos no nosso cronograma de trabalho, pois os possíveis fornecedores estão a atrasar a entrega de orçamentos (em alguns casos recusam-se a apresentar proposta), dada a instabilidade de preço na aquisição de matérias-primas, assim como dificuldade na garantia de prazos para execução.

A empresa por estes motivos todos não conseguiu no prazo de 30 meses obter a licença e por esse motivo pede a dilatação do prazo para cumprir o seu objetivo que é a construção de uma unidade hoteleira dentro daquilo que o concurso estabelece. No próprio concurso estava prevista a dilatação do prazo desde que seja devidamente justificado. No parecer do executivo da Junta os motivos são plausíveis, inclusive os proponentes demonstram interesse em executar a obra e cumprir o objetivo pela qual a Junta vendeu o prédio.

Após explicação dada pelo Presidente, Luciana de Sousa abriu as inscrições aos membros da assembleia que quisessem intervir e inscreveu-se Jorge Miguel Silva e Miguel Coelho.

Tomou da palavra Jorge Miguel Silva que, de forma rápida, disse que o documento enviado pela empresa em causa é bastante esclarecedor e por isso votarão a favor da dilatação do prazo.

Miguel Coelho usou da palavra em seguida e informou que o documento no seu entender está bastante explícito e lembra que na altura foi constituído um júri no qual o PS participou na decisão de qual seria a melhor proposta, estiveram também envolvidos nas cláusulas do concurso e por isso irão votar favoravelmente.

Após as intervenções a Presidente da Assembleia passou à votação do pedido de dilatação do prazo, tendo sido o referido aprovado por unanimidade.



Concluídos os trabalhos, foi dada por encerrada a sessão ordinária de 28 de setembro de 2023.

**A Presidente de Assembleia de Freguesia,**

---

(Luciana Camboa de Sousa)

**A Secretária,**

---

(Sílvia Oliveira)

**O Secretário,**

---

(Luís Violas)